

## **PROJETO DE LEI Nº009 DE 17 DE MAIO DE 2021**

**Institui multa aos proprietários de imóveis residenciais, urbanos ou rurais, bem como terrenos baldios que servirem como criadouros do mosquito “Aedes Aegypti” ou suas larvas e dá outras providencias”.**

**Art. 1º** - Os proprietários de imóveis residenciais, rural ou urbano, em que for encontrado pelos Agentes da Vigilância Sanitária e Agentes de Vigilância Epidemiológica do Município larvas de mosquito “Aedes Aegypti”, em vasilhames, garrafas, pneus, vasos de plantas ou em qualquer outro recipiente, serão notificados a realizarem a limpeza necessária em período máximo de 10 (dez) dias, com tolerância de mais 05 (cinco) se necessário.

**§ 1º** - Decorridos os prazos estabelecidos, em havendo descumprimento do contido no artigo 1º, sem que a limpeza seja efetuada, os proprietários serão multados em 05 (cinco) UFESP, cujo valor será dobrado caso de reincidência.

**§ 2º** – Arcará com o valor estabelecido § 1º deste artigo, o proprietário ou o inquilino do imóvel que esteja residindo no local, os quais serão autuados pela fiscalização.

**Art. 2º** - Os proprietários de terrenos baldios, borracharias e congêneres, em que sejam encontrados criadouros do mosquito “Aedes Aegypti”, confirmados pela Vigilância Sanitária e Epidemiológica, serão notificados à realizarem a limpeza necessária em período improrrogável de 05 (cinco) dias, prorrogando-se por 03 (três) dias, se necessário.

**§ 1º** - Os proprietários de BORRACHARIAS ou afins deverão providenciar cobertura dos pneus, evitando-se qualquer acúmulo de água, obedecendo ao prazo do artigo 2º desta Lei.

**§ 2º** - Decorridos os prazos estabelecidos e havendo descumprimento, sem que a limpeza seja realizada, o Poder Público contratará equipe para execução dos serviços, exceto no interior da residência, com a cobrança do valor equivalente a 10 (dez) UFESPs.

**§ 3º** - Uma vez aplicada a multa a que se refere o parágrafo anterior, será enviada guia de recolhimento da citada penalidade para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que a guia de recolhimento emitida será recolhida no Posto da Caixa Econômica Federal de Dolcinópolis.

**§ 4º** - A arrecadação proveniente de multas aplicadas aos infratores em cumprimento à presente Lei, serão destinados integralmente à Secretaria Municipal de Saúde, e serão voltados para Campanhas Educativas de Combate e Prevenção à DENGUE.

**Art. 3º** - As multas não recolhidas aos cofres municipais, o devedor será inscrito em Dívida Ativa do município e serão sujeitas a protestos e Execuções Fiscais correspondentes.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Dolcinópolis, 17 de maio de 2021.

AMÉRICO RIBEIRO DO NASCIMENTO  
Prefeito Municipal